

GRUPO DE PESQUISA EM CONFLITOS CONSTITUCIONAIS SOCIOECONÔMICOS ANALÍTICOS

JUS SCRIPTUMS
INTERNATIONAL JOURNAL OF LAW

a. 20 • v. 10 • dossiê • 2025

- 18 **Ana Clara Macário Silva**
O império das big techs e a ascensão de grupos autoritários: o uso hegemônico da tecnologia no controle de comportamento
- 47 **Ana Cristina Rodrigues Furtado**
O backlash impróprio e os diálogos institucionais entre o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional
- 80 **Bárbara Costa Leão**
Máquina de lucro: o ímpeto reformador da razão neoliberal e a atuação para recepção constitucional na aceitação sociopolítica das privatizações
- 111 **Benício Fagner dos Santos**
Populismo autoritário e a crise dos direitos sociais no constitucionalismo brasileiro
- 142 **Clara Oliveira Lucena da Cunha**
O controle de constitucionalidade no Brasil e na França: uma análise comparativa a partir da Quinta República
- 167 **Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho**
Conflito constitucional socioeconômico enquanto categoria de análise da episteme crítico-dialética na pesquisa em Direito Constitucional
- 248 **Francisco Jeferson Inácio Ferreira**
O STF e o diálogo institucional: o diálogo como alternativa à dificuldade de impor suas decisões
- 268 **Gênia Darc de Oliveira Pereira**
Estado ambiental de direito: a dificuldade de conciliar as políticas ambientais e o interesse social
- 284 **Ingrid Maria Pereira Fortaleza**
Entre a Constituição e o Anteprojeto: conflitos socioambientais nas perspectivas do Poder Constituinte de 1988 e da Comissão Afonso Arinos
- 329 **Jailson Barbosa da Silva**
Neoliberalismo e a dimensão racial dos conflitos constitucionais socioeconômicos pós-2008

- 353 **José Sarto Fulgêncio de Lima Filho**
Juristas e mitos: ecos de Francisco Campos na ascensão de Bolsonaro no Brasil
- 396 **Laysa Gomes de Lima**
A dicotomia entre legislador positivo e negativo: um estudo de caso em terras indígenas como conflito entre a ordem social e o imperativo econômico
- 434 **Maria das Graças do Nascimento**
A dicotomia globalização financeira versus vazio regulatório: desafios para o Estado Democrático de Direito no conflito constitucional socioeconômico para consolidação de direitos fundamentais
- 458 **Rômulo Dornelas Pereira**
O liberalismo e a democracia às avessas: a construção de uma institucionalidade antipovo no Estado (anti)democrático de direito
- 495 **Salatiel Irineu Gonçalves Cristino**
O controle de constitucionalidade como arena para conflitos constitucionais socioeconômicos: meio ambiente versus desenvolvimento econômico no STF
- 538 **Sinhara Sthefani Diógenes Dantas**
Conflito constitucional socioeconômico e (sub)representação feminina na política brasileira: alterações constitucionais como meio de adaptação aos valores neoliberais
- 558 **Joice Alves Dias Borges**
Precarização das relações laborais como imperativos categóricos dos valores de Washington aplicados na periferia do capitalismo
- 582 **Maria Edna Nascimento Pinheiro Gonçalves**
Entre o presidencialismo de coalizão e o parlamentarismo de coação: estudo sobre a construção do semipresidencialismo como consenso hegemônico dos aparelhos ideológicos de Estado no Brasil

JUS SCRIPTUM'S
**INTERNATIONAL
JOURNAL OF LAW**
REVISTA INTERNACIONAL DE DIREITO

CONFLITOS CONSTITUCIONAIS SOCIOECONÔMICOS

Analíticos do Grupo de Pesquisa em
Conflitos Constitucionais Socioeconômicos

Núcleo de Estudo Luso-Brasileiro
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

2025
a. 20 v. 10 d. 2
EDIÇÃO ESPECIAL

Jus Scriptum's International Journal of Law

Revista Internacional de Direito do Núcleo de Estudo Luso-Brasileiro da

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Ano 20 • Volume 10 • Edição Especial • 2025

Analíticos do Grupo de Pesquisa em Conflitos Constitucionais Socioeconômicos

Periodicidade Trimestral

ISSN 1645-9024

Equipe Editorial

Diretor da Revista – Editor-In-Chief

Cláudio Cardona

Conselho de Gestão – Executive Board

Camila Franco Henriques

Cláudio Cardona

Daniel Daher

Leonardo Castro De Bone

Patrícia Ferreira de Almeida

Conselho Científico – Scientific Advisory Board

Ana Rita Gil, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (POR)

André Saddy, Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (BRA)

Eduardo Vera-Cruz Pinto, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (POR)

Edvaldo Brito, Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (BRA)

Fernanda Martins, Universidade do Vale do Itajaí (BRA)

Francisco Rezek, Francisco Resek Sociedade de Advogados (BRA)

Janaina Matida, Faculdade de Direito da Universidade Alberto Hurtado (CHI)

Lilian Márcia Balmant Emerique, Faculdade Nacional de Direito - UFRJ (BRA)

Luciana Costa da Fonseca, Faculdade de Direito da UFPA e do CESUPA (BRA)

Maria Cristina Carmignani, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (BRA)

Maria João Estorninho, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (POR)

Paula Rosado Pereira, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (POR)

Paula Vaz Freire, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (POR)

Rute Saraíva, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (POR)

Sergio Torres Teixeira, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco (BRA)

Susana Antas Videira, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (POR)

Corpo de Avaliadores – Peer Review Board

Anjuli Tostes Faria Melo
Camila Franco Henriques
Carla Valério
Caroline Lima Ferraz
César Fiuza
Eduardo Alvares de Oliveira
Francine Pinto da Silva Joseph
Isaac Kofi Medeiros
J. Eduardo Amorim
José Antonio Cordeiro de Oliveira
Leonardo Bruno Pereira de Moraes
Leonardo Castro de Bone
Marcelo Ribeiro de Oliveira
Marcial Duarte de Sá Filho
Maria Vitoria Galvan Momo
Plínio Régis Baima de Almeida
Rafael Vasconcellos de Araújo Pereira
Rafaela Câmara Silva
Renato Sedano Onofre
Silvia Gabriel Teixeira
Thais Cirne
Vânia dos Santos Simões

Grupo de Pesquisa em Conflitos Constitucionais Socioeconômicos

FEV/2025-MAIO/2025

Prof. Doutor Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho, Coordenador Científico

Dra. Patrícia Ferreira de Almeida, Coordenadora Executiva

Ana Clara Macário Silva

Ana Cristina Rodrigues Furtado

Bárbara Costa Leão

Benício Fagner dos Santos

Clara Oliveira Lucena da Cunha

Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho

Francisco Jeferson Inácio Ferreira

Gênia Darc de Oliveira Pereira

Laysa Gomes de Lima

Ingrid Maria Pereira Fortaleza

Jailson Barbosa da Silva

José Sarto Fulgêncio de Lima Filho

Maria das Graças do Nascimento

Rômulo Dornelas Pereira

Salatiel Irineu Gonçalves Cristino

Sinhara Sthefani Diógenes Dantas

O BACKLASH IMPRÓPRIO E OS DIÁLOGOS INSTITUCIONAIS ENTRE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O CONGRESSO NACIONAL

The improper backlash and the institutional dialogues between the Federal Supreme Court and the National Congress

Ana Cristina Rodrigues Furtado*

O artigo se alicerça no tema Controle de Constitucionalidade e nos diálogos institucionais, com ênfase no conflito constitucional socioeconômico entre a Ordem Econômica e a Ordem Social – meio ambiente. O problema central é compreender como o fenômeno do *backlash* impróprio se manifesta diante dos diálogos institucionais entre o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional, na pauta do agronegócio. O objetivo é analisar a Lei da Vaquejada 15.299/13, a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4983/16 e o fenômeno do *backlash* impróprio. A pesquisa é de natureza qualitativa, método de abordagem crítico-dialético, fundamentada no materialismo histórico-dialético, técnica documental e bibliográfica. Conclui-se que o fenômeno do *backlash* impróprio é construído a partir dos diálogos institucionais entre a Suprema Corte e o Congresso Nacional, impulsionado por aspectos políticos e econômicos articulados por setores do agronegócio.

Palavras-chave: Diálogos Institucionais. Lei da Vaquejada. *Backlash* Impróprio.

The article is based on the theme Constitutionality Control and institutional dialogues, with an emphasis on the socioeconomic constitutional conflict between the Economic Order and the Social Order – environment. The central problem is to understand how the phenomenon of improper backlash manifests itself in the face of institutional dialogues between the Supreme Federal Court and the National Congress, in the agribusiness agenda. The objective is to analyze the Vaquejada Law 15,299/13, the Direct Action of Unconstitutionality 4983/16 and the phenomenon of improper backlash. The research is of a qualitative nature, with a critical-dialectical approach method, based on historical-

* Graduanda do VIII semestre do curso de Direito da Universidade Regional do Cariri – URCA, integrante do Lacônico – Laboratório de Análise de Conflito Constitucional Socioeconômico – Direito – Urca. Licenciada em História pela Universidade Regional do Cariri – URCA. Especialização em Educação Especial Inclusiva com ênfase no AEE no Centro Universitário de Juazeiro do Norte – UNIJUAZEIRO. Mestrado em História, Cultura e Sociedade pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

dialectical materialism, documentary and bibliographic techniques. It is concluded that the phenomenon of improper backlash is constructed from the institutional dialogues between the Supreme Court and the National Congress, driven by political and economic aspects articulated by sectors of agribusiness.

Key words: Institutional Dialogues. Vaquejada Law. Improper Backlash.

Sumário: 1. Introdução; 2. Diálogos Institucionais entre o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional; 3. A Lei da Vaquejada – discussões jurídico-políticas; 4. O Efeito do *Backlash* Impróprio e o Agronegócio; 5. Considerações Finais; 6. Referências Bibliográficas.

1. Introdução

A legitimação do Estado ocorre por meio da promulgação de uma Constituição. Esta representa o marco que define os parâmetros do Estado, o qual se organiza com base em uma estrutura racional. Este entendimento, contudo, não se consolidou de maneira pacífica, mas sim por meios de golpes de estado.

Como resultado, estabeleceu-se uma Constituição Federal que consagra a supremacia hierárquica, com processo legislativo diferenciado e mais complexo para sua modificação, por meios das Emendas Constitucionais, além das cláusulas pétreas, núcleo rígido que não podem ser modificadas, sobretudo no que tange aos direitos fundamentais individuais.

A Carta¹ brasileira de 1988 possui forte carga política, e está aberta a interpretações e a disputas. Impõe limites ao Poder instituído, estabelece um regramento próprio para o exercício do poder pelo Estado. Nesse sentido, a Constituição configura-se como um processo de mediar, limitar, organizar as

¹. Brasil. [Constituição (1988)]. “Constituição da República Federativa do Brasil de 1988”. Brasília, DF: Senado Federal, [2023], acessado em Abril 21, 2025, https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

estruturas de poder. Conforme destaca Luís Roberto Barroso², a Constituição Federal adota um sistema de controle judicial de constitucionalidade eclético, híbrido, exercido pelo Poder Judiciário – um poder contramajoritário, não eleito pelo povo.

O controle de constitucionalidade no Brasil tem como fundamentos a supremacia e rigidez da Constituição, bem como a competência do órgão julgador. Sua função está centrada na força normativa e no caráter contramajoritário. Assim, surge como mecanismo jurídico essencial a garantir a estabilidade Constitucional. O modelo híbrido descrito por Barroso combina elementos do sistema americano – incidental e difuso – com o sistema europeu continental, de caráter concentrado, exercido pela via principal.

Assim, a natureza do controle de constitucionalidade no Brasil é judicial. No sistema difuso, o controle é exercido pelos órgãos do Poder Judiciário. No sistema concentrado, esse controle é atribuído a um único Tribunal competente, o Tribunal Constitucional *Ad hoc*, também conhecido por Supremo Tribunal Federal (STF), que exerce simultaneamente funções de tribunal de origem, juízo de recurso, e Corte Constitucional.

Este trabalho se concentra na atuação do Supremo Tribunal Federal enquanto Corte Constitucional, com ênfase no controle concentrado e abstrato exercido pela via principal. Essa via corresponde à sequência processual em que a ação tem por objetivo declarar a inconstitucionalidade de determinado ato normativo. O controle é dito abstrato, pois é promovido pelos legitimados do art.

². Barroso, Luís Roberto. O Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro. 6ª ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2012.

103 da Constituição Federal³, os quais propõe a fiscalização e não possuem qualquer ligação ou interesse com a lei, objeto desafiador.

A Constituição e suas Emendas são parâmetro de validade do controle de constitucionalidade, compondo o chamado Bloco de Constitucionalidade⁴. Já as leis federais e estaduais são objeto desafiador, que podem violar a Constituição. A violação ao ser confirmada torna-se objeto violador, ao se tratar das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI). Somente a Corte Constitucional tem o condão de realizar essa análise, e determinar se a lei ou ato normativo é inconstitucional e fere ou não a Constituição.

Os diálogos institucionais são estabelecidos a partir da relação dada pelos freios e contrapesos, expressão conhecida como *checks and balances*, sistema pelo qual os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário se controlam. Positivado no art. 2º da Constituição Federal⁵ os poderes da União são independentes e harmônicos entre si. Apesar de terem funções estatais específicas (típicas) e também compartilhadas (atípicas), são uno e indivisível, não se opõem, mas dialogam.

O Poder Legislativo, representado pelo Congresso Nacional em nível federal e pelas Assembleias Legislativas em âmbito estadual, ao ter suas leis submetidas ao controle da Corte, vivencia o exercício desse sistema de *checks and*

³. Brasil, “Constituição Federal”.

⁴. Sousa Neto, Sebastião Casimiro, Acipreste Sobrinho, Djamiro Ferreira . Bloco de Constitucionalidade sob a Perspectiva Hermenêutica: Materialidade Constitucional como fator ampliativo dos Direitos Fundamentais. Pesquisas em Temas de Ciências Sociais Aplicadas, Edmilson Sergio Ramalho de Souza (Editor), Belém: RFB, p. 81-101, 2022.

⁵. Brasil. [Constituição (1988)]. “Constituição da República Federativa do Brasil de 1988”. Brasília, DF: Senado Federal, [2023], acessado em Abril 21, 2025, https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

balances. As ações de controle de constitucionalidade que chegam ao Supremo são, portanto, centrais na construção dos diálogos institucionais estabelecidos entre os poderes. Tais diálogos se manifestam, em grande parte, nas ações de controle abstrato de constitucionalidade.

O conflito constitucional socioeconômico, descrito por Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho⁶, entre a Ordem Econômica e a Ordem Social – com ênfase na proteção ao meio ambiente – tem como fundamento basilar a Constituição Federal. Esse conflito possui relação direta com o controle de constitucionalidade e com os diálogos institucionais organizados entre a Corte Constitucional e o Congresso Nacional.

A título de exemplo há o debate em torno da Lei da Vaquejada (Lei nº 15.299 de 2013)⁷ e da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4983/CE⁸, de 2016, que gerou intensos diálogos envolvendo a pauta ambiental, entre o setor econômico e político, bem como, a ordem social.

⁶. Acipreste Sobrinho, Djamiro Ferreira. *Las Raíces del Constitucionalismo Excepcional en Brasil y la erosión como producto de Conflictos Constitucionales Socioeconómicos frente a la Razón Ultraneoliberal entre 2016-2022*. 2024. 319 f. Tese (Doutorado em Globalização em revisão: desafios e respostas interdisciplinares) – Universidade do País Basco, Donostia – San Sebastián, Espanha, 2024, acessado em Abril 21, 2025, <https://addi.ehu.eus/handle/10810/73063>.

⁷. “Lei nº 15.299 de 08 de janeiro de 2013”. Regulamenta a vaquejada como Prática Desportiva e Cultural no Estado do Ceará. Fortaleza, CE: Assembleia Legislativa, [2013], acessado em Abril 15, 2025, <https://bela.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/cultura-e-esportes/item/2582-lei-n-15-299-de-08-01-13d-o-15-01-13>.

⁸. Brasil. Supremo Tribunal Federal. “Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.983/CE”. Plenário do Supremo Tribunal Federal. Relator: Min. Marco Aurélio. Julgado em: 06 de outubro de 2016, acessado em Abril 12, 2025, <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4425243>.

Diante disso, o presente artigo tem como tema o controle de constitucionalidade e os diálogos institucionais estabelecidos entre o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional, com ênfase no conflito constitucional socioeconômico entre a Ordem Econômica e a Ordem Social – especificamente, no tocante ao meio ambiente.

Partindo-se deste tema, o trabalho tem como pergunta central compreender como o fenômeno do *backlash* impróprio se manifesta diante dos diálogos institucionais entre o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional, na pauta do agronegócio.

O objetivo geral é analisar a Lei da Vaquejada (Lei nº 15.299 de 2013), a ADI nº 4983/CE, que declarou sua inconstitucionalidade, os diálogos institucionais gerados por esse julgamento e o fenômeno do *backlash* impróprio⁹. Este último é compreendido como uma reação política, um contra-ataque, uma reação adversa do Congresso Nacional à atuação judicial nas ações de controle.

Os objetivos específicos: entender os diálogos institucionais e como são estabelecidos a partir da relação do sistema de *checks and balances*; analisar a ação de controle de constitucionalidade sobre a Lei da Vaquejada e as reações desencadeadas; e compreender o fenômeno do *backlash* impróprio e a pauta econômica e política vinculada ao setor do agronegócio.

As hipóteses formuladas estão na argumentação que o fenômeno do *backlash* impróprio é forjado a partir dos diálogos institucionais travados entre o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional, que a inconstitucionalidade da

⁹. Acipreste Sobrinho, Djamiro Ferreira. Las Raíces del Constitucionalismo.

Lei da Vaquejada desencadeou uma reação rápida pelos parlamentares, resultando no fenômeno do *backlash* impróprio, e que esse contra-ataque esteve permeado de interesses econômicos e políticos dos grandes empresários brasileiros que integram o setor do agronegócio.

O conflito constitucional socioeconômico é compreendido como uma categoria de análise do materialismo histórico dialético de Karl Marx, cujo método parte da análise do fenômeno e, a partir dele, identifica contradições, conflitos, e interrelações. Assim, o método abordado neste trabalho é o crítico-dialético, fundamentado no materialismo histórico-dialético, com técnica documental e bibliográfica, de natureza qualitativa.

Nesse sentido, o artigo será organizado a partir da seguinte estrutura, um primeiro tópico dedicado à reflexão sobre os diálogos institucionais e como é organizado a partir da relação do sistema de *checks and balances*; um segundo tópico para dar ensejo à ação de controle envolvendo a Lei da Vaquejada, e sua inconstitucionalidade; e um terceiro para tratar do fenômeno do *backlash* impróprio e a pauta econômica e política vinculada ao setor do agronegócio.

2. Diálogos Institucionais entre o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional

As decisões judiciais no Brasil, sujeitas a debates, revogação, modificações, reanálise, ou mesmo anulações legislativas, ocorrem por meio do controle de constitucionalidade, com ações em sede de controle concentrado e abstrato realizadas pela Corte Constitucional, e por um Tribunal específico o Supremo Tribunal Federal.

Consoante os autores Peter W. Hogg, e Y Allison A. Bushellé nessa relação construída entre o poder legislativo e a Corte que se constroi um diálogo institucional.

Quando una decisión judicial está abierta a la revocación, modificación o anulación legislativa, entonces tiene sentido considerar a la relación entre la Corte y el órgano legislativo competente como un diálogo. En ese caso, la decisión judicial causa um debate público en el que los valores de la Carta juegan un rol más prominente que el que habrían jugado si no hubiese habido decisión judicial¹⁰.

A Carta¹¹ brasileira de 1988, em seu art. 2º, respalda juridicamente esse movimento realizado entre os poderes da União, os quais são independentes e harmônicos entre si. Ademais, são amparados pelo sistema do *checks and balances*, ou seja, por meio dos freios e contrapesos que busca garantir o equilíbrio entre os poderes, nesse caso, especificamente, entre o Legislativo e o Judiciário.

Dessa maneira, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário existem e coexistem de forma independente e harmônica, sem que haja supremacia de um sobre o outro. Trata-se de uma relação de paz armada, em que todos detêm a mesma paridade de armas, a qual é um desdobramento do princípio constitucional da igualdade (art. 5º da Constituição Federal).

No cerne desse debate estão a Constituição Federal de 1988 e o Bloco de Constitucionalidade¹², protegidos pelo Supremo, assim como as leis brasileiras, sejam elas, municipais, estaduais e federais. Tais normas são criadas através de um

¹⁰. Hogg, Peter W, Y Allison A Bushell. El Diálogo de la Carta entre los Tribunales y las legislaturas. Revista Argentina de Teoria Jurídica, Argentina, v. 35, n. 1, p. 75-118, dez. 2013, 79.

¹¹. Brasil, “Constituição Federal”.

¹². Sousa Neto e Acipreste Sobrinho, Bloco de Constitucionalidade.

processo legislativo que envolve várias fases até a sanção ou veto pelo Poder Executivo. No âmbito nacional, o Poder Legislativo é representado pelo Congresso Nacional, composto por duas casas: o Senado Federal, representante dos Estados e do Distrito Federal, e a Câmara dos Deputados, representante do povo.

Ambas as casas são eleitas pelo povo, através do voto secreto e direto. Além de criarem leis, também as revisam, propõem, discutem, votam e aprovam, bem como, exercem outras atividades atípicas. O Senado, geralmente, atua como casa revisora, embora haja exceções. Cada casa possui um sistema de votação específico, e o número de parlamentares também é distinto.

O Senado Federal é a casa composta por 81 (oitenta e um) senadores, eleitos pelo sistema majoritário, com 3 (três) senadores para cada Estado e Distrito federal, sua mudança ocorre de maneira mais lenta, os mandatos duram 8 (oito) anos, assim as eleições ocorrem a cada quatro anos, alternando-se entre a renovação de 1/3 e 2/3 das cadeiras.

A Câmara dos Deputados é composta por 513 (quinhentos e treze) deputados federais, eleitos pelo sistema proporcional, conforme a população de cada estado. A renovação da Câmara ocorre integralmente, ou seja, a cada quatro anos há eleições para todas as cadeiras de deputados, e aqueles que já estavam exercendo seu mandato podem ser reeleitos.

O Supremo Tribunal Federal é composto por 11 (onze) ministros. Atualmente, o presidente é o ministro Luís Roberto Barroso e o vice-presidente é o ministro Edson Fachin, que assumiram seus cargos em setembro de 2023. O mandato na presidência do Supremo dura 2 (dois) anos, e as eleições ocorrem por

rodízio. É eleito o ministro mais antigo que ainda não tenha ocupado o cargo, o qual também assume a presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Assim, por estarem na linha sucessória da Presidência da República, os ministros do Supremo precisam ser brasileiros natos. A aposentadoria é compulsória aos 75 (setenta e cinco) anos de idade. O Poder Judiciário não é eleito pelo voto do povo, por isso, fala-se em poder contramajoritário. Os juízes ingressam na magistratura através de concursos de provas e títulos, enquanto os ministros do Supremo são indicados pelo Presidente da República e devem ser aprovados pelo Senado Federal, após a sabatina.

O Supremo Tribunal Federal é um Tribunal *Ad hoc*, pois acumula funções de Corte Constitucional, Casa Recursal e Casa Iniciadora, ou seja, exerce tanto funções jurisdicionais quanto políticas. Enquanto Corte Constitucional ou Suprema Corte, desenvolve a função política, com duas características singulares, o poder de auto criar normas para a própria Corte seguir, mesmo que contrárias à lei, e a função de heterorreferenciar com base na Constituição, em outras leis ou em constituições estrangeiras. Dessa maneira, a Corte tem papel central na proteção dos direitos e garantias constitucionais, bem como na defesa da ordem pública e da democracia.

Após essa análise estrutural e da explicitação das formas de acesso aos Poderes Legislativo e Judiciário, é possível compreender de onde emergem os diálogos institucionais, quem os formulam, como a sociedade é representada e quais interesses, funções e objetivos permeiam esses debates entre o Supremo e o Congresso Nacional brasileiro.

É importante salientar, que o Brasil já vivenciou períodos históricos de ditadura militar e regimes antidemocráticos, nos quais os diálogos entre os Poderes

foram mitigados ou mesmo eliminados da esfera política, em razão da verticalização institucional. Com a redemocratização no final da década de 1980 e a promulgação da Carta em 1988¹³, abre-se a perspectiva de não verticalização entre as instituições, pautadas na manifestação do binômio, interdependência e harmonia dialogando entre si.

Assim, os autores Peter W. Hogg, e Y Allison A. Bushell definem o diálogo com a seguinte redação:

En consecuencia, el “diálogo” al que este artículo se refiere consiste en esos casos en los que una decisión judicial anulando una ley con fundamento en la Carta es seguida por alguna acción del cuerpo legislativo competente. En todos estos casos, debió haber habido una reflexión acerca de la decisión judicial por parte del gobierno, y una decisión debió haber sido tomada respecto de como reaccionar frente a ella¹⁴.

Os diálogos são, portanto, entendidos como o movimento do Judiciário, mais precisamente, dos ministros do Supremo, ao anular, mediante decisão judicial em sede de controle de constitucionalidade, leis elaboradas por parlamentares. Estas normas somente são retiradas do ordenamento jurídico quando violam a Carta política.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), uma das formas de controle, chega ao Supremo, por meio dos legitimados previstos do art. 103 da Constituição Federal, dentre eles estão o Procurador-Geral da República (PGR), o Conselho

¹³. Brasil. [Constituição (1988)]. “Constituição da República Federativa do Brasil de 1988”. Brasília, DF: Senado Federal, [2023], acessado em Abril 21, 2025, https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

¹⁴. Hogg, Peter W, Y Allison A Bushell., El Diálogo, 82.

Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a as Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

As ADIs têm como parâmetro a Carta, uma Emenda Constitucional ou outro elemento do Bloco de Constitucionalidade. Mostra-se onde o parâmetro está sendo violado, pelo objeto desafiador, a lei. Ao observar os legitimados, nota-se que as Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados também são legitimados para propor essas ações, o que reforça a importância dos diálogos institucionais no campo político.

Segundo Hogg, Peter W, Y Allison A Bushell¹⁵, uma vez declarada a inconstitucionalidade pela Suprema Corte, através da (ADI), o Legislativo reage com alguma ação dentro das Casas do Senado e Câmara dos Deputados, no intuito de contraditar a decisão da Corte. É a partir desse movimento entre esses Poderes que surgem os diálogos institucionais e se desencadeia o fenômeno do *backlash* impróprio, que será tratado mais adiante.

Um exemplo de diálogo institucional entre o Supremo Tribunal Federal e parlamentares, que será abordado neste trabalho, refere-se ao ocorrido a partir da Lei da Vaquejada (Lei nº 15.299 de 2013)¹⁶, a qual se tornou objeto desafiador, e foi declarada inconstitucional pela ADI nº 4983/CE, de 2016¹⁷. A decisão ensejou rápida reação parlamentar, com o objetivo de contestar a ação de controle.

¹⁵. Hogg, Peter W, Y Allison A Bushell. El Diálogo de la Carta entre los Tribunales y las legislaturas. Revista Argentina de Teoría Jurídica, Argentina, v. 35, n. 1, p. 75-118, dez. 2013.

¹⁶. Assembleia Legislativa, “Lei nº 15.299 de 2013”.

¹⁷. Supremo Tribunal Federal, “Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.983/CE”.

Nesse sentido, a necessidade de diálogos institucionais é real e basilar para a construção política, que reverbera ideias democráticas de um país. É através dos diálogos institucionais que se busca evitar as rupturas institucionais, embora também possam revelar interesses econômicos e políticos que motivaram reações parlamentares céleres.

3. A Lei da Vaquejada – discussões jurídico-políticas

A figura do vaqueiro no Nordeste brasileiro, por muito tempo, misturou-se às paisagens dos sertões. Euclides da Cunha, na obra *Os Sertões*¹⁸, publicada pela primeira vez no início do século XX, retrata o vaqueiro como valente e forte, os quais, consoante o autor, tornavam-se adultos sem terem sido crianças, enfrentavam secas e sol causticante e, pela luta imposta desde cedo às suas vidas, fizeram-se resignados, espertos e corajosos.

A vaquejada surge a partir dessa figura emblemática, misturando-se às festas e folguedos das regiões interioranas. Na literatura, Euclides da Cunha menciona a prática de derrubada de bois, puxados pelo rabo, por vaqueiros montados a cavalo, integrada ao cotidiano e ao trabalho.

Luís Câmara Cascudo¹⁹ alude à derrubada de bois, entrelaçada ao comércio local, como a troca de animais, compra, venda, e lazer, principalmente em razão da falta de diversão. Tal atividade tomou forma, popularizou-se, e passou a integrar o âmbito social, cultural, econômico e político de várias regiões do Nordeste.

¹⁸. Cunha, Euclides. *Os Sertões*. São Paulo: Três, 1984.

¹⁹. Cascudo, Luís da Câmara. *A vaquejada nordestina e sua origem*. Natal: Fundação José Augusto, 1976.

A configuração dos significados e significantes sobre a gênese e o papel inicial da vaquejada foi transformada. Conforme Luís Câmara Cascudo, essa manifestação nasceu do modo de vida rurícola e da apartação ou separação. Fenômeno entendido como a busca dos animais criados solto no mato, os quais eram tangidos por vaqueiros para os currais das fazendas. Ao juntarem todos os bois, os separavam de acordo com os respectivos donos. Os interesses econômicos ensejam a modificação da prática, distanciando-a da realidade histórica e social que lhe deu origem.

Na contemporaneidade, tornou-se uma prática desportiva, de cunho competitivo, um esporte lucrativo que movimenta as cidades e distritos dos estados nordestinos. O comércio local é efervescido durante as tradicionais festas de vaquejada, realizadas anualmente, com altas premiações, atrações musicais e parques de diversão.

Além disso, há os bolões de vaquejada, geralmente acontecem em parques menores, quase todos os fins de semana, na zona rural ou em distritos. Mudam apenas a localidade e o organizador, o qual na maior parte dos casos é o dono do parque onde ocorre a festa. Ambas têm as mesmas características, no entanto, a primeira é profissional, e a última, amadora.

O negócio lucrativo é permeado de vários tipos de comércio, como a criação de empresas especializadas no ramo, investimentos na criação de animais, profissionalização do vaqueiro ou peão, patrocínio de grandes eventos, criação de marcas a partir de fazendas, divulgação, publicidade, produção de roupas e calçados típicos dos adeptos do esporte, entre outros. Insta salientar que pequenos proprietários, artesãos de selas, lojistas, donos de parques menores e inúmeros comerciantes lucram no período desses festejos.

A vaquejada ganhou notoriedade na arena política e econômica com uma nova roupagem e passou a ser financiada pelo setor empresarial, por representantes do agronegócio brasileiro. Nesse contexto, o então Deputado Estadual cearense à época, Welington Landim (PROS - Partido Republicano da Ordem Social), natural da cidade de Brejo Santo, deu início ao projeto de lei que resultou na sanção da Lei da Vaquejada.

A cidade de Brejo Santo está localizada no interior do Estado do Ceará, mais precisamente no Sul cearense. É um local que abriga uma das maiores vaquejadas da região interiorana, de natureza profissional e com premiações vultosas, a qual mobiliza vaqueiros, empresas, empresários de cidades próximas e estados vizinhos, bem como o comércio da região.

O Deputado Estadual Welington Landim (PROS) iniciou o projeto de Lei na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE), que resultou na sanção da Lei nº 15.299, de 08 de janeiro de 2013²⁰, a qual regulamentou a vaquejada como prática desportiva e cultural no Estado cearense.

A Lei nº 15.299 de 2013, conhecida como Lei da Vaquejada, foi objeto desafiador e, em 2016, foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O Procurador-Geral da República à época, Rodrigo Janot, ajuizou a

²⁰. “Lei nº 15.299 de 08 de janeiro de 2013”. Regulamenta a vaquejada como Prática Desportiva e Cultural no Estado do Ceará. Fortaleza, CE: Assembleia Legislativa, [2013], acessado em Abril 15, 2025, <https://bela.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/cultura-e-esportes/item/2582-lei-n-15-299-de-08-01-13d-o-15-01-13>.

Ação Direta de Inconstitucionalidade ADI nº 4983/CE²¹, em que se objetivava a Declaração de Inconstitucionalidade da referida Lei.

A prática da vaquejada, amparada e positivada pela Lei citada, considerada atividade cultural e desportiva e pensada como patrimônio cultural do povo nordestino, envolve a utilização de animais bovinos e equinos. No seu artigo 2º estabelece a prática da seguinte maneira: “Para efeitos desta Lei, considera-se vaquejada todo evento de natureza competitiva, no qual uma dupla de vaqueiro a cavalo persegue animal bovino, objetivando dominá-lo”.

A Ação de Controle teve como parâmetro o artigo 225, § 1º, inciso VII, da Carta²² de 1988, que trata do meio ambiente e da vedação de práticas que submetam os animais à crueldade, com a seguinte redação “VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade”.

O Relator, Ministro Marcos Aurélio, afirmou em seu voto:

Ante os dados empíricos evidenciados pelas pesquisas, tem-se como indiscutível o tratamento cruel dispensado às espécies animais envolvidas. O ato repentino e violento de tracionar o boi pelo rabo, assim como a verdadeira tortura prévia – inclusive por meio de estocadas de choques elétricos – à qual é submetido o animal, para que saia do estado de mansidão e dispare em fuga a fim de viabilizar a perseguição, consubstanciam atuação a implicar descompasso com o que preconizado no artigo 225, § 1º, inciso VII, da Carta da República. O argumento em defesa da constitucionalidade da norma, no sentido de a disciplina da

²¹. Brasil. Supremo Tribunal Federal. “Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.983/CE”. Plenário do Supremo Tribunal Federal. Relator: Min. Marco Aurélio. Julgado em: 06 de outubro de 2016, acessado em Abril 12, 2025, <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4425243>.

²². Brasil, “Constituição Federal”.

prática permitir seja realizada sem ameaça à saúde dos animais, não subsiste. Tendo em vista a forma como desenvolvida, a intolerável crueldade com os bovinos mostra-se inerente à vaquejada. A atividade de perseguir animal que está em movimento, em alta velocidade, puxá-lo pelo rabo e derrubá-lo, sem os quais não mereceria o rótulo de vaquejada, configura maus-tratos. Inexiste a mínima possibilidade de o boi não sofrer violência física e mental quando submetido a esse tratamento²³.

O relator, com base em laudos técnicos levados aos autos, afirmou ser indiscutível o tratamento cruel a que os animais são submetidos. Ademais, a ADI não invalidou a prática da vaquejada em seu caráter histórico e como atividade esportiva da região Nordeste. No entanto, os laudos técnicos apontaram lesões nos animais bovinos e equinos usados nas competições, sejam elas amadoras ou profissionais.

Nesse viés, a Corte Constitucional, em 2016, declarou que a prática da vaquejada, regulamentada pela referida lei, é inconstitucional, por violar o princípio constitucional de proteção ao meio ambiente. Assim, conforme Anays Martins Finger e Otávio Martins Finger:

A Corte reconheceu que, para além das questões morais que envolvem o entretenimento à custa do sofrimento animal, que são mais sérias do que aquelas relacionadas a experiências científicas e médicas, a crueldade inerente à vaquejada impede que o valor cultural prevaleça como resultado esperado pelo sistema de direitos fundamentais da Constituição de 1988²⁴.

²³. Supremo Tribunal Federal. “Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.983/CE”.

²⁴. Finger, Anays Martins, Otávio Martins Finger. “A Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4983 e a prática da vaquejada: uma nova dimensão da cultura e do bem-estar animal após a Emenda Constitucional nº 96/2017?” 7º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidades, edição 2024 (Outubro 30 e 31 de 2024), Santa Maria – RS: 1-13. p. 6.

A partir dessa decisão, os parlamentares se mobilizaram rapidamente com o objetivo de buscar um aparato jurídico contrário à declaração de inconstitucionalidade da Lei da Vaquejada, que desse respaldo à continuidade da prática esportiva. Ademais, é importante salientar que, em outras regiões brasileiras, como o Sudeste e o Sul, ocorrem práticas esportivas que utilizam animais e que rendem vultosos lucros ao setor empresarial.

A título de exemplo, tem-se o laço, modalidade de rodeio com origem no trabalho rural, que consiste em competições entre peões para laçar animais bovinos em determinado tempo. Trata-se de um esporte que integra a cultura e história do País, financiado por setores do agronegócio brasileiro, mobiliza o comércio e angaria lucros. Logo, se a inconstitucionalidade alcançou a vaquejada, poderia também atingir o laço e o rodeio.

Assim, como resposta a ADI nº 4983/CE, o Congresso Nacional, por meio da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, aprovou, em 2016, o Projeto de Lei nº 24/2016, de iniciativa do então Deputado Federal Capitão Augusto Rosa (PL – Partido Liberal), de São Paulo.

Esse projeto resultou na Lei Federal nº 13.364, de 29 de novembro de 2016²⁵, que elevou o “rodeio, a vaquejada e expressões artísticas e culturais, à condição de manifestação cultural nacional e de patrimônio cultural imaterial”. Em 2019, a lei foi reiterada da seguinte maneira:

²⁵. “Lei Federal nº 13.364, de 29 de novembro de 2016”. Eleva o Rodeio, a Vaquejada, bem como as respectivas expressões artístico culturais, à condição de manifestação cultural nacional e de patrimônio cultural imaterial. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2016, acessado em Abril 15, 2025, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13364.htm.

Reconhece o rodeio, a vaquejada e o laço, bem como as respectivas expressões artísticas e esportivas, como manifestações culturais nacionais; eleva essas atividades à condição de bens de natureza imaterial integrantes do patrimônio cultural brasileiro; e dispõe sobre as modalidades esportivas equestres tradicionais e sobre a proteção ao bem-estar animal. (Redação dada pela Lei nº 13.873, de 2019)²⁶.

De acordo com Isabelle Almeida Vieira e Pedro Ricardo Lucietto Piccinini²⁷, a Lei Federal nº 13.364, de 2016, não teria força jurídica suficiente para sobrepujar a Ação de Inconstitucionalidade proferida pela Corte Constitucional em relação à Lei da Vaquejada.

Nesse sentido, o Congresso Nacional, em 2017, aprovou o Projeto de Emenda Constitucional – PEC nº 304/2017, que deu origem a Emenda Constitucional nº 96/2017²⁸, a qual incluiu o § 7º ao art. 225 da Constituição Federal. No referido parágrafo, está positivado que as atividades desportivas com utilização de animais não são consideradas cruéis, desde que sejam manifestações culturais:

§ 7º Para fins do disposto na parte final do inciso VII do § 1º deste artigo, não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais,

²⁶. “Lei Federal nº 13.873, de 17 de setembro de 2019”. Reconhece o rodeio, a vaquejada e o laço, bem como as respectivas expressões artísticas e esportivas, como manifestações culturais nacionais. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2019, acessado em Abril 15, 2025, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13873.htm#aer1.

²⁷. Vieira, Isabelle Almeida, Pedro Ricardo Lucietto Piccinini. A Inconstitucionalidade da “Vaquejada” segundo o STF e o posterior Efeito *Backlash* no Congresso Nacional. Revista de Estudos Jurídicos do Superior Tribunal de Justiça, Brasília – DF, n. 1, v.1, p. 239-266, agosto de 2020.

²⁸. “Emenda Constitucional nº 96, de 6 de junho de 2017”. Acrescenta § 7º ao art. 225 da Constituição Federal para determinar que práticas desportivas que utilizem animais não são consideradas cruéis, nas condições que especifica. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2017, acessado em Abril 11, 2025, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc96.htm.

desde que sejam manifestações culturais, conforme o § 1º do art. 215 desta Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 96, de 2017)²⁹.

Diante da redação da Emenda Constitucional, a vaquejada, o laço, o rodeio são práticas desportivas que utilizam animais, mas, por suas raízes históricas, são consideradas manifestações culturais pela sociedade, integrando os bens de natureza imaterial do patrimônio cultural brasileiro. Consequentemente, a utilização de animais nessas práticas, conforme a EC 96/2017, não é considerada cruel.

No cenário político e econômico, todas essas práticas desportivas continuam sendo realizadas. No corrente ano, mais precisamente em sessão virtual realizada pela Corte Constitucional em 14 de março de 2025, o tema voltou a ser debatido, tratando-se da constitucionalidade ou inconstitucionalidade da referida Emenda.

O tema foi levado ao Supremo Tribunal Federal por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 5.728/DF e ADI 5.772/DF³⁰, ajuizadas, respectivamente, pelo Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal e pela Procuradoria-Geral da República, representada à época por Rodrigo Janot. Ambas

²⁹. Brasil. [Constituição (1988)]. “Constituição da República Federativa do Brasil de 1988”. Brasília, DF: Senado Federal, [2023], acessado em Abril 21, 2025, https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

³⁰. Brasil. Supremo Tribunal Federal. “Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.728/DF”. Plenário do Supremo Tribunal Federal. Relator: Min. Dias Tóffoli. Julgado em: 14 de março de 2025, acessado em Maio 04, 2025, <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5208901>.

buscavam a declaração de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº 96/2017, que ficou conhecida como a “PEC da Vaquejada”.

O principal ponto de debate girou em torno da prática da vaquejada, que foi elevada à condição de patrimônio cultural imaterial pela Lei Federal nº 13.364, de 29 de novembro de 2016. As ADIs alegaram que a EC 96/2017 afrontou o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, especialmente, no que se trata de submissão de animais a tratamento cruel, positivado no art. 225, VII, da Constituição, bem como ofende o art. 60, § 4º³¹, inciso IV, § 4º, “Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: IV - os direitos e garantias individuais”, em que estão amparados os direitos fundamentais de proteção dos animais.

A Corte Constitucional, por unanimidade, votou em sessão virtual no Plenário, conheceu das ADIs nº 5.728/DF e nº 5.772/DF, julgou-as improcedentes, e declarou a constitucionalidade da Emenda Constitucional 96/2017. Assim, firmou-se o entendimento de que as práticas desportivas que utilizem animais, quando reconhecidas como manifestações culturais, não são consideradas crueis.

A Decisão da Corte foi registrada nos seguintes termos no julgamento da ADI 5.728:

O Tribunal, por unanimidade, conheceu da ADI nº 5.728 e julgou-a improcedente, declarando a constitucionalidade da Emenda Constitucional nº 96, de 6 de junho de 2017, nos termos do voto do Relator. Os Ministros Cármen Lúcia e Alexandre de Moraes

³¹. Brasil, “Constituição Federal”.

acompanharam o Relator com ressalvas. Plenário, Sessão Virtual de 7.3.2025 a 14.3.2025³².

Diante desse cenário jurídico e político iniciado com a sanção da Lei da Vaquejada no Estado do Ceará, em 2013, e das repercussões no Congresso Nacional com projetos, aprovações de leis e emendas constitucionais, levadas à Corte Constitucional por meios das Ações de Controle de Constitucionalidade estabeleceram-se os diálogos institucionais.

A partir da reação rápida e contrária à decisão da Corte, organizada pelos representantes do Congresso Nacional ainda em 2016 quando a Lei da Vaquejada é declarada inconstitucional, por meio da Lei Federal nº 13.364, de 2016, e da Emenda Constitucional nº 96/2017, encabeçada pelos parlamentares, observa-se o fenômeno do *backlash*³³, entendido como uma reação política, um contra-ataque por parte do Legislativo diante de decisões judiciais que envolvem casos polêmicos, descontentamento social e, nesse caso específico, interesses econômicos e políticos.

Diante desse novo cenário, em que a decisão tomada pela Corte Constitucional, em março de 2025, vai ao encontro dos interesses defendidos pelos parlamentares, pode-se questionar, teria o fenômeno do *backlash* de fato alcançado seus objetivos. Teria esse movimento de contra-ataque, no debate sobre a Lei da Vaquejada, se completado. Teriam as instituições que estabelecem os diálogos

³² Brasil. Supremo Tribunal Federal. “Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.728/DF”. Plenário do Supremo Tribunal Federal. Relator: Min. Dias Tóffoli. Julgado em: 14 de março de 2025, acessado em Maio 04, 2025, <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5208901>.

³³. Marmelstein, George. Efeito Backlash da Jurisdição Constitucional: reações políticas ao ativismo judicial. Seminário Ítalo-Brasileiro, 3., 2016, Bolonha, Itália.

institucionais, chegando a um consenso. Tais debates ficam reservados para um próximo trabalho.

4. O Efeito do *Backlash* Impróprio e o Agronegócio

O fenômeno do *Backlash*, enquanto teoria surge nos Estados Unidos como reação ou rejeição da sociedade em resposta às decisões judiciais da Suprema Corte, especialmente, em pautas relacionadas aos costumes, marcadas por embates entre pólos opostos de liberais e conservadores. No Brasil, há uma ressignificação desse fenômeno, principalmente no tocante aos diálogos institucionais estabelecidos a partir da Lei da Vaquejada.

O autor Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho cunhou o termo *backlash* impróprio para tratar de temas como o Marco Temporal e a Vaquejada, os quais desencadearam reações rápidas por parte dos parlamentares diante de decisões da Corte Constitucional que declararam a inconstitucionalidade das leis.

Segundo o autor:

Esse fenômeno é chamado de *Backlash*. Nesse caso concreto, propomos o termo de *Backlash impróprio*, uma vez que o instituto de origem estadunidense se verificava no campo do costume, opondo-se polos conservadores e liberais no campo do comportamento, no Brasil com o advento dos temas da Vaquejada e Marco Temporal, verifica-se o interesse claro de ver consolidado o *Backlash* para a proteção do rodeio e da maior disponibilização territorial para o agronegócio, ou seja, o *Backlash* como instrumental para os interesses do capital, sendo, portanto, um elemento a ser considerado, entretanto, com um manuseio impróprio se compararmos como sua proposta na origem³⁴.

³⁴. Acipreste Sobrinho, Djamiro Ferreira. Las Raíces del Constitucionalismo Excepcional em Brasil y la erosión como produto de Conflictos Constitucionales Socioeconómicos frente

Conforme o autor, essa rápida reação política, ratificada por meio de instrumentos jurídicos como leis e emendas, está permeada por interesses do capital, do empresariado brasileiro, do agronegócio. Por isso, trata-se de um fenômeno que ocorre de maneira “imprópria” no Brasil, ao ser comparado à forma como foi concebido e utilizado nos Estados Unidos.

O fenômeno do *backlash* impróprio é percebido em torno do tema da Vaquejada, no ano de 2016, com a declaração de inconstitucionalidade da Lei da Vaquejada pela Corte Constitucional. A partir disso, instauraram-se diálogos institucionais entre a Corte e Congresso Nacional, como também por legitimados das Ações de Controle, como o Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal e a Procuradoria-Geral da República.

Como já mencionado, a prática da vaquejada no Brasil, seja no formato amador ou profissional, movimenta o comércio e gera lucro. Em torno desse esporte e de outros, como o rodeio e o laço, há empresários que investem e financiam esse ramo. Logo, com a declaração de inconstitucionalidade da Lei da Vaquejada, o setor do agronegócio poderia perder seus vultosos lucros.

Sabe-se que o setor do agronegócio mantém boas relações com os representantes da política brasileira. A partir disso, observa-se claramente a existência de conflitos constitucionais socioeconômicos³⁵, fenômeno no qual se

a la Razón Ultraneoliberal entre 2016-2022. 2024. 319 f. Tese (Doutorado em Globalização em revisão: desafios e respostas interdisciplinares) – Universidade do País Basco, Donostia – San Sebastián, Espanha, 2024, 18, acessado em Abril 21, 2025, <https://addi.ehu.eus/handle/10810/73063>.

³⁵. Acipreste Sobrinho, Djamiro Ferreira . Las Raíces del Constitucionalismo.

evidenciam contradições entre a ordem econômica e social previstas na Constituição³⁶.

Se, por um lado, há o acúmulo de capital por setores que representam a política e o agronegócio, grupos dominantes, por outro, há um ataque aos direitos sociais conquistados por meio de lutas e resistência, consagrados na Constituição. Assim, observa-se a verticalização do poder do capital se chocando com a relativização do texto constitucional, especialmente por parte de atores institucionais que deveriam protegê-lo.

Diante do fenômeno do *backlash* impróprio relacionado à Vaquejada, nota-se, no cenário político, uma proteção aos interesses econômicos fundamentados no poder do capital, os quais se sobrepuseram ao texto constitucional. Com o objetivo de expandir o agronegócio e acumular capital, foram criadas leis e uma Emenda Constitucional com o intuito de garantir e legitimar, juridicamente, os interesses desses grupos econômicos, conferindo-lhes respaldo social.

Esses grupos, sustentados pelo ideário neoliberal e consequentemente o acúmulo de capital, ou seja, a classe dominante nacional exerce um poder verticalizado e está no centro da origem dos conflitos constitucionais socioeconômicos. Isso porque se articulam politicamente e se valem de sua influência econômica com a finalidade de ver seus interesses protegidos e institucionalizados, inclusive por aqueles que deveriam zelar pela Constituição.

³⁶. Brasil. [Constituição (1988)]. “Constituição da República Federativa do Brasil de 1988”. Brasília, DF: Senado Federal, [2023], acessado em Abril 21, 2025, https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

Observa-se que a Carta, já bastante modificada, quando foi elaborada pelo Poder Constituinte Originário consagrou diversos direitos sociais e garantias que ainda permanecem. Contudo, verifica-se que os atuais atores institucionais, respaldados pelo Poder Legislativo, vêm promovendo alterações em seu texto para implantar pautas marcadamente neoliberais.

A teoria dos freios e contrapesos (*checks and balances*), bem como as Ações de Controle e os diálogos institucionais estabelecidos, são fundamentais nesse momento histórico. A Corte Constitucional exerce papel essencial no controle de constitucionalidade e na organização e manutenção desses diálogos.

É importante salientar que não apenas o grande empresário se beneficia dos lucros proporcionados pela Vaquejada, mas também aqueles que a promovem de forma amadora, como os vaqueiros, os pequenos comerciantes, o comércio local e regional, as empresas, entre outras.

É notório que, além do lucro, a prática é vista como um elemento cultural que integra a vida e a história de muitas pessoas. Portanto, em torno desse tema, há discussões políticas, econômicas, sociais e históricas. Neste trabalho, a discussão foi conduzida pelo viés político e econômico, deixando os aspectos sociais, culturais e históricos para uma análise futura.

5. Considerações Finais

Diante do tema apresentado e discutido, pautado no Controle de Constitucionalidade e nos diálogos institucionais, com ênfase no conflito constitucional socioeconômico entre a Ordem Econômica e a Ordem Social – especialmente no que diz respeito ao meio ambiente, tratou-se do fenômeno do

backlash impróprio e de como ele se manifesta nos diálogos institucionais entre a Corte Constitucional e o Congresso Nacional, na pauta do agronegócio.

O presente artigo buscou responder a pergunta central de compreender como o fenômeno do *backlash* impróprio se manifesta diante dos diálogos institucionais entre o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional, na pauta do agronegócio. Esta partiu do seguinte objetivo geral: analisar a Lei da Vaquejada (Lei nº 15.299 de 2013), e a ADI nº 4983/CE, que declarou sua inconstitucionalidade, os diálogos institucionais gerados por esse julgamento e o fenômeno do *backlash* impróprio.

A pergunta principal foi devidamente respondida ao longo deste trabalho na medida em que se tratou da construção dos diálogos institucionais, das estruturas de Poder os quais são estabelecidos, do entendimento sobre o fenômeno do *backlash* impróprio, e como ele ocorreu a partir da inconstitucionalidade da Lei da Vaquejada, e quais interesses influenciaram a rápida reação do Legislativo.

Ademais, os objetivos geral e específicos foram alcançados, cada um desenvolvido de acordo com os tópicos do artigo. No segundo tópico buscou-se entender os diálogos institucionais e como foram estabelecidos a partir do sistema de checks and balances; no terceiro tópico foi analisado a Lei da Vaquejada, a ADI nº 4983/CE, que declarou sua inconstitucionalidade, e as ações desencadeadas; e no quarto tópico foi abordado o fenômeno do *backlash* impróprio, a partir de sua construção teórica, aplicação e efeitos, bem como os interesses econômicos e políticos vinculados ao setor do agronegócio.

Nesse íterim, as hipóteses foram verificadas e satisfeitas, pois mostrou que o fenômeno do *backlash* impróprio é forjado a partir dos diálogos institucionais

travados entre o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional. A inconstitucionalidade da Lei da Vaquejada desencadeou uma reação rápida pelos parlamentares, resultando no fenômeno do *backlash* impróprio, e esse contra-ataque esteve permeado de interesses econômicos e políticos dos grandes empresários brasileiros que integram o setor do agronegócio.

Assim, a pesquisa mostra que os diálogos institucionais são basilares, principalmente em uma sociedade como a brasileira, que já vivenciou golpes de Estado. Um Estado democrático é construído a partir de discussões e debates; logo, a necessidade de diálogos institucionais estabelecidos entre a Corte Constitucional e o Congresso Nacional é elementar para a formação e construção de ideias políticas pautadas na democracia.

Ademais, por meio dos diálogos, ratifica-se a teoria dos freios e contrapesos *checks and balances*, segundo a qual os poderes são independentes e harmônicos entre si. Pelos diálogos, evitam-se as rupturas e cisões. No entanto, não se pode esquecer que muitos desses diálogos são permeados por interesses econômicos e políticos.

Os diálogos institucionais, em específico neste trabalho, ocorreram em torno do tema da Vaquejada e das reações dos parlamentares diante da inconstitucionalidade da Lei. É importante notar, ao longo de quase uma década, desde as origens desse diálogo, iniciado em 2016, como as discussões foram mudando.

Inicialmente, houve a declaração de inconstitucionalidade da Lei da Vaquejada. Em resposta rápida, os parlamentares aprovaram uma nova lei e uma Emenda Constitucional. Em março de 2025, a Corte declarou a EC 96/2017

constitucional, respaldando os objetivos iniciais da reação parlamentar, que consistiam na continuidade das práticas da vaquejada, do rodeio e do laço.

A partir dessa decisão da Corte, pode-se pensar que o fenômeno do *backlash* impróprio relacionado à Vaquejada foi concluído, ou será que surgirão novos debates. Trata-se de uma reflexão complexa para ser respondida nesse momento, pois o tema da Vaquejada, além de ser defendido por setores políticos e econômicos, também é sustentado por parte da sociedade que vê nessa prática uma representação cultural que integra a cultura popular de um povo.

Nesse sentido, o estudo não abarcou todas as pautas que são importantes e que orbitam essa temática. Por exemplo, pensar a vaquejada enquanto elemento cultural que integra a história e a vida de um povo. Além dos interesses econômicos e políticos, respaldados pelo setor do agronegócio, há também interesses do pequeno comerciante, do vaqueiro, da população de menor poder aquisitivo, que vê na prática não apenas um esporte que gera lucros, mas um patrimônio cultural que dá sentido e integra a narrativa histórica de muitas famílias.

É certo que práticas como a vaquejada, o laço e o rodeio crioulo são expressões culturais que denotam longa tradição. É certo também que essas práticas não estão ligadas apenas à cultura popular, mas envolvem um comércio bastante lucrativo. Ademais, os conflitos e diálogos institucionais também começaram por conta dos maus-tratos com os animais, tema que não coube neste trabalho, mas que será tratado em outro momento.

É importante refletir que, apesar da declaração de inconstitucionalidade da Lei da Vaquejada ter sido alvo de comoção social, principalmente por parte daqueles que praticam e vivem do esporte, essa luta foi, de fato, encabeçada por

grandes empresários que lucram de forma expressiva com a prática. Assim, a real preocupação não era com o vaqueiro que vive disso ou com os pequenos comerciantes que também lucram, mas sim com os vultosos lucros que o esporte proporciona a classe dominante.

Por fim, outro tema importante, não abordado aqui, mas que poderá ser objeto de outro trabalho é pensar nas repercussões da nova decisão da Corte, em 2025. Será que o debate em torno da vaquejada chegou ao fim, será que, de fato, os interesses políticos e econômicos conseguiram alcançar plenamente sua finalidade. Tais discussões emergem deste trabalho, no entanto serão desenvolvidas em outra oportunidade.

Referências Bibliográficas

- Acipreste Sobrinho, Djamiro Ferreira. Las Raíces del Constitucionalismo Excepcional en Brasil y la erosión como producto de Conflictos Constitucionales Socioeconómicos frente a la Razón Ultraneoliberal entre 2016-2022. 2024. 319 f. Tese (Doutorado em Globalização em revisão: desafios e respostas interdisciplinares) – Universidade do País Basco, Donostia – San Sebastián, Espanha, 2024, acessado em Abril 21, 2025, <https://addi.ehu.eus/handle/10810/73063>.
- Barroso, Luís Roberto. O Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro. 6ª ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2012.
- Brasil. [Constituição (1988)]. “Constituição da República Federativa do Brasil de 1988”. Brasília, DF: Senado Federal, [2023], acessado em Abril 21, 2025, https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.
- Brasil. “Emenda Constitucional nº 96, de 6 de junho de 2017”. Acrescenta § 7º ao art. 225 da Constituição Federal para determinar que práticas desportivas que utilizem animais não são consideradas cruéis, nas condições que especifica. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2017, acessado em Abril 11, 2025, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc96.htm.
- Brasil. “Lei Federal nº 13.364, de 29 de novembro de 2016”. Eleva o Rodeio, a Vaquejada, bem como as respectivas expressões artístico culturais, à condição de manifestação cultural nacional e de patrimônio cultural imaterial. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2016, acessado em Abril 15, 2025, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13364.htm.

Brasil. “Lei nº 15.299 de 08 de janeiro de 2013”. Regulamenta a vaquejada como Prática Desportiva e Cultural no Estado do Ceará. Fortaleza, CE: Assembleia Legislativa, [2013], acessado em Abril 15, 2025, <https://bela.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/cultura-e-esportes/item/2582-lei-n-15-299-de-08-01-13d-o-15-01-13>.

Brasil. Brasil. “Lei Federal nº 13.873, de 17 de setembro de 2019”. Reconhece o rodeio, a vaquejada e o laço, bem como as respectivas expressões artísticas e esportivas, como manifestações culturais nacionais. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2019, acessado em Abril 15, 2025, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13873.htm#aer1.

Brasil. Supremo Tribunal Federal. “Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.983/CE”. Plenário do Supremo Tribunal Federal. Relator: Min. Marco Aurélio. Julgado em: 06 de outubro de 2016, acessado em Abril 12, 2025, <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4425243>.

Brasil. Supremo Tribunal Federal. “Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.728/DF”. Plenário do Supremo Tribunal Federal. Relator: Min. Dias Tóffoli. Julgado em: 14 de março de 2025, acessado em Maio 04, 2025, <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5208901>.

Cascudo, Luís da Câmara. A vaquejada nordestina e sua origem. Natal: Fundação José Augusto, 1976.

Cunha, Euclides. Os Sertões. São Paulo: Três, 1984.

Finger, Anays Martins, Otávio Martins Finger. “A Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4983 e a prática da vaquejada: uma nova dimensão da cultura e do bem-estar animal após a Emenda Constitucional nº 96/2017?” 7º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidades, edição 2024 (Outubro 30 e 31 de 2024), Santa Maria – RS: 1-13.

Hogg, Peter W, Y Allison A Bushell. El Diálogo de la Carta entre los Tribunales y las legislaturas. Revista Argentina de Teoría Jurídica, Argentina, v. 35, n. 1, p. 75-118, dez. 2013.

Marmelstein, George. Efeito Backlash da Jurisdição Constitucional: reações políticas ao ativismo judicial. Seminário Ítalo-Brasileiro, 3., 2016, Bolonha, Itália.

Sousa Neto, Sebastião Casimiro, Acipreste Sobrinho, Djamiro Ferreira . Bloco de Constitucionalidade sob a Perspectiva Hermenêutica: Materialidade Constitucional como fator ampliativo dos Direitos Fundamentais. Pesquisas em Temas de Ciências Sociais Aplicadas, Edmilson Sergio Ramalho de Souza (Editor), Belém: RFB, p. 81-101, 2022.

Vieira, Isabelle Almeida, Pedro Ricardo Lucietto Piccinini. A Inconstitucionalidade da “Vaquejada” segundo o STF e o posterior Efeito *Backlash* no Congresso Nacional. Revista de Estudos Jurídicos do Superior Tribunal de Justiça, Brasília – DF, n. 1, v.1, p. 239-266, agosto de 2020.